RESOLUÇÃO

HOMOLOGAR o resultado da Avaliação de Desempenho para a Progressão Funcional Horizontal por Antiguidade, conforme tabela abaixo, elaborada pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

Matrícula	Nome	ENQUADRAMENTO ATUAL			PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL			A contar de:
		Cargo atual	Cl	Nv.	Cargo Enquadramento	Cl	Nv.	
0101037	JORGE LUIZ REGO	Auditor de Controle Externo - Ciências Contábeis TCE-CT-603	A	03	Auditor de Controle Externo - Ciências Contábeis TCE-CT-603	A	04	11/11/2018

Protocolo: 386693

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 30 de outubro de 2018, tomou as seguintes decisões:

RESOLUÇÃO Nº. 19.060

(Processo nº. 2014/51914-1)

Assunto: Tomada de Contas Especial relativa ao Convênio SEDUC nº 232/2012

Responsável/Interessado: Sr. ELIAS GUIMARÃES SANTIAGO e PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ

Proposta de Decisão: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

(Art. 191, § 3º do Regimento Interno)

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, por maioria, nos termos da Proposta de Decisão da Relatora, com fundamento no art. 179, §§ 3º, incisos I e II, e 4º, inciso II, do Ato nº 63, de 17 de dezembro de 2012:

1) Conceder o prazo de dez (10) dias para o responsável apresentar a prestação de contas do convênio nº 232/2012 a este Tribunal de Contas; e

2) Determinar a reabertura da instrução processual caso a documentação seja apresentada dentro do prazo estabelecido no item anterior, para que a Secretaria de Controle Externo e o Ministério Público de Contas se manifestem na forma regimental.

RESOLUÇÃO Nº. 19.061

(Processo nº. 2012/52061-6)

Assunto: Consulta formulada pelo Sr. THEO CARLOS FLEXA RIBEIRO PIRES, presidente da Empresa de Processamento de Dados do Estado do Pará - Prodepa, quanto à possibilidade de obtenção de preços mais vantajosos às empresas estatais, por meio de adesão a Atas de Registro de Preços já existentes, incluindo-se apenas o valor de eventual tributo do qual se encontrem dispensados os entes participantes originais e sem qualquer acréscimo na margem de lucro do fornecedor.

Relator: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA (Na forma prevista no § 5º, art. 186, do RITCE-PA, retificou seu voto para aderir aos termos do voto-vista)

Formalizador da Decisão: Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA (Art. 191, §2º, do RITCE-PA)

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto-vista do Conselheiro Odilon Inácio Teixeira, com fundamento no artigo 1º, inciso XVI, do Regimento Interno do TCE/PA, conhecer da consulta formulada pelo Sr. THEO CARLOS FLEXA RIBEIRO PIRES, presidente da Empresa de Processamento de Dados do Estado do Pará - Prodepa, e, no mérito, respondê-la da seguinte forma:

1) Empresas estatais podem aderir à Ata de Registro de Preços realizada por órgãos da Administração Pública estadual direta, Autarquias e Fundações, desde que cumpridas as disposições regulamentares contidas nos decretos estaduais nºs. 1.887/2017 e 2.121/2018;

2) Se na Ata de Registro de Preços estiverem contidos de forma expressa os preços dos produtos e serviços, e também os preços resultantes de eventual benefício tributário aplicado exclusivamente às aquisições realizadas pela administração direta, autárquica ou fundacional, é possível que as empresas estatais se utilizem do preço que não contemple a concessão do referido benefício, desde que a adesão à ata seja comprovadamente mais vantajosa e que sejam cumpridos os demais requisitos legais e regulamentares pertinentes.

ACÓRDÃO Nº. 58.181

(Processo nº. 2007/51355-3)

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio SEDUC nº 175/2006.

Responsável/Interessado: KLEPER WANDSON FIGUEIREDO DE CARVALHO e PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM ELISEU

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto JULIVAL SILVA ROCHA

Formalizador de Decisão: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR

(Art. 191, § 3º do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com

fundamento no art. 56, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012:

1) Julgar irregulares as contas de responsabilidade do Sr. KLEPER WANDSON FIGUEIREDO DE CARVALHO (CPF: 605.914.041-68), Ex-Prefeito do Município de Dom Eliseu, no valor total de R\$38.102,40 (trinta e oito, cento e dois reais e quarenta centavos), sem devolução de valores e aplicação de multas em decorrência da prescrição.

2) Deixar de aplicar multa ao Sr. MÁRIO ANDRADE CARDOSO, ex-Secretário da SEDUC, que deixou de emitir o laudo conclusivo de fiscalização do ajuste, em razão da prescrição da pretensão punitiva.

ACÓRDÃO Nº. 58.182

(Processo nº. 2013/51174-5)

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio SEDUC nº 193/2009 e Termo Aditivo.

Responsável/Interessado: MAURO SIDNEY MARQUES MONTEIRO e CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO REMÍGIO FERNANDEZ

Proposta de Decisão: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA.

Formalizador da Decisão: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA (§ 3º do art. 191 do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento nos arts. 56, inciso III, "b", c/c com os arts. 83, incisos II, VII e VIII, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012:

1) Julgar irregulares as contas do Sr. MAURO SIDNEY MARQUES MONTEIRO (CPF: 227.683.602-44), ex-coordenador do Conselho Escolar da Escola de Ensino Médio Remígio Fernandes, no valor de R\$-21.980,00 (vinte e um mil, novecentos e oitenta reais), sem imputação de débito; aplicando-lhe as multas de R\$-931,59 (novecentos e trinta e um mil e cinquenta e nove centavos), pela irregularidade constatada e R\$-931,59 (novecentos e trinta e um reais e cinquenta e nove centavos), pela instauração da tomada de contas;

2) Aplicar a Sra. IRACY DE ALMEIDA GALLO RITZMANN (CPF 208.367.322-00), ex-Secretária da SEDUC, multa no valor de R\$-931,59 (novecentos e trinta e um reais e cinquenta e nove centavos), pela não comprovação de acompanhamento e supervisão da execução do objeto conveniado e pela não emissão do laudo conclusivo.

Os valores supracitados deverão ser recolhidos, no prazo de trinta (30) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo para pagamento das multas aplicadas o disposto na Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº 17.492/2008.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e das multas cominadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 58.183

(Processo nº. 2013/51350-3)

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio ASIPAG nº 23/2011

Responsável/Interessado: JOSÉ NILSON ABREU MOURA e ASSOCIAÇÃO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO MATO

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto JULIVAL SILVA ROCHA

Formalizador da Decisão: Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA (Art. 191, §3º, do Regimento Interno)

Impedimento: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA

(art. 178 do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas "a" e "d", c/c os arts. 62, 82 e 83, inciso VIII, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012:

1) Julgar irregulares as contas e condenar solidariamente o Sr. JOSÉ NILSON ABREU MOURA, CPF nº 850.565.372-68, presidente à época, e a ASSOCIAÇÃO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO MATO, CNPJ nº 11.062.456/0001-00, à devolução aos cofres públicos estaduais da quantia de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais), devidamente atualizada[1] e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento;

2) Aplicar ao Sr. JOSÉ NILSON ABREU MOURA as multas de R\$ 13.560,85 (treze mil e quinhentos e sessenta reais e oitenta e cinco centavos), equivalente a 10% da quantia atualizada a ser devolvida, pelo débito apontado, e de R\$ 931,00 (novecentos e trinta e um reais), pela instauração da tomada de contas;

3) Aplicar à ASSOCIAÇÃO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO MATO a multa de R\$ 13.560,85 (treze mil e quinhentos e sessenta reais e oitenta e cinco centavos), equivalente a 10% da quantia atualizada a ser devolvida, pelo débito apontado;

Os valores supramencionados deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo para o recolhimento das multas o disposto na Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº 17.492/2008.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado e das cominações de multas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 58.184

(Processo nº. 2013/53206-4)

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio SEDUC nº. 274/2008 e Termos Aditivos.

Responsável/Interessado: Espólio do Sr. EDIMAURO RAMOS DE FARIA e PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEVIDES.

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto JULIVAL SILVA ROCHA.

Formalizadora da Decisão: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES (Art. 191, § 3º, do Regimento)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alínea "a" e "d", da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, julgar irregulares as contas e, condenar o espólio do Sr. EDIMAURO RAMOS DE FARIA, Ex-Prefeito Municipal de Benevides, CPF: 166.238.862-49, à devolução aos Cofres Públicos Estaduais do valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), devidamente corrigido a partir de 04/07/2008 e acrescido de juros de mora até a data de seu efetivo recolhimento.

O valor supracitado deverá ser recolhido no prazo de (30) trinta dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 58.185

(Processo nº. 2014/50236-4)

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio SETRAN nº 007/2010

Responsável/Interessado: LUCIEL GOMES LEITE e ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COLÔNIA NAZARÉ

Relator: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alínea "a" e "d", c/c os arts. 62, 63 e 83, incisos III, VII e VIII, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:

1) Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. LUCIEL GOMES LEITE, ex-Presidente da Associação dos Agricultores Familiares da Colônia Nazaré, CPF: 801.629.912-15, à devolução aos cofres públicos do valor de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), devidamente atualizada a partir de 02/07/2010, e acrescida de juros até o efetivo recolhimento, aplicando-lhe as multas de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais) pelo dano ao erário estadual e R\$1.000,00 (um mil reais) pela instauração da tomada de contas;

2) Aplicar ao Sr. JOÃO BOSCO LOBO, CPF: 005.984.702-63, multa de R\$1.000,00 (um mil reais), pela não emissão do Laudo Conclusivo de Acompanhamento e Fiscalização do Objeto do Convênio;

3) Aplicar ao Sr. ISMAR PEREIRA DA SILVA, CPF: 021.279.462-00, ex-Secretário da SETRAN, multa de R\$1.000,00 (um mil reais), pelo não atendimento à diligência desta Corte de Contas. Os valores supracitados deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo para o pagamento das multas imputadas, o disposto na Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº 17.492/2008-TCE/PA.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado e das cominações de multas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 58.186

(Processo nº. 2015/51061-9)

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio SUSIPE nº. 04/2003 e Termos Aditivos.

Responsável/Interessado: MARCO ANTONIO MAGALHÃES DE FREITAS e ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPASTORIL DE VISEU.

Advogado: JOSIAS FERREIRA BOTELHO, OAB/PA nº 10.333

Relator: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alínea "a" e "d", c/c os arts. 62, 82, parágrafo único, e 83, inciso II e IV, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012;

1- Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. MARCO ANTONIO MAGALHÃES DE FREITAS (CPF: 145.544.702-10), ex-presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Viseu, à devolução do valor de R\$-66.507,30 (sessenta e seis mil, quinhentos e sete reais e trinta centavos), devidamente corrigido monetariamente a partir de 31-05-2007, acrescido de juros de mora até a data de seu efetivo recolhimento.